

Embaixada da Itália e Correio: parceria consolidada

» FRANCESCO AZZARELLO
Embaixador da Itália em Brasília



origem italiana, e depois a inauguração da estátua dedicada a Pier Luigi Nervi pela escultora de origem italiana Cristina Motta, e o lançamento simultâneo do livro *A Embaixada da Itália em Brasília — Poéticas da arquitetura italiana no Brasil*, bem como a primeira e totalmente inédita assinatura na embaixada do acordo tripartite Enel X-Leonardo-TIM sobre cidades inteligentes, que recentemente teve um seguimento concreto com a assinatura de um acordo entre as três empresas e o estado do Rio de Janeiro.

Em breve teremos outras iniciativas de alto nível tanto no setor cultural quanto na esteira do projeto Embaixada Verde, em que também contamos com a certificação internacional de Embaixada Lixo Zero, graças ao Instituto Lixo Zero brasileiro, com o qual estabelecemos uma excelente parceria.

Dando um olhar ao passado, encontramos, com particular interesse, um artigo no *Correio Braziliense* de 14 de fevereiro de 2011, intitulado *A mais verde das embaixadas*. O título, se

pode nos deixar orgulhosos, é para nós um incentivo importante para continuarmos no caminho iniciado há uma década, juntamente com os diversos atores de Brasília e do Brasil, com os quais estamos novamente trabalhando com grande empenho. Nossos agradecimentos para todos eles.

Reconstruir a história da vida de uma embaixada, no fluxo dinâmico dos acontecimentos e nas peregrinações de seus protagonistas é, certamente, uma tarefa árdua, mas importante, que deve ser perseguida e realizada. Os embaixadores vêm e vão, e somente aqueles que permanecem podem dar um testemunho exato do que aconteceu.

Olhando-nos no espelho, na tentativa de entender quem realmente somos e de tentar contar os fatos aos estudiosos e aos interessados, hoje e amanhã, percebemos que ao longo do caminho, acompanhando-nos na história de Brasília, devemos nossa gratidão à família do *Correio Braziliense*. Uma profícua parceria consolidada por Brasília e pelo Brasil.

Voz da nova capital Federal desde seu nascimento e testemunha de seu grandioso desenvolvimento até os dias de hoje, o *Correio Braziliense* tem sido um observador de referência sempre muito atento e ativamente empenhado em fornecer o quadro mais objetivo possível dos vários aspectos da vida sociopolítica brasileira e internacional.

Pessoalmente, leio-o todas as manhãs, com um excelente café, estritamente brasileiro, em seu formato impresso, antes de mergulhar na avalanche de notícias on-line do twitter, outros canais sociais, jornais e revistas, brasileiras ou não.

O *Correio* tem acompanhado, desde a primeira cessão do lote de 25 mil metros quadrados, o que vem acontecendo no local onde foi construída a futurista Embaixada da Itália, projetada e construída por um dos maiores engenheiros do pós-guerra, Pier Luigi Nervi, com a ajuda de seu filho, Antonio. O *Correio* soube contar a aventura de construir nossa missão diplomática como parte integrante da história da capital, também em termos de harmonia arquitetônica e integração com a natureza a seu redor.

Ele fez isso relatando e documentando o lançamento da pedra fundamental da embaixada e acompanhando seu desenvolvimento até a inauguração em janeiro de 1977. Comemorou a chegada, em dezembro de 1960, das encostas da Cidade Eterna, da famosa Loba Capitolina, uma homenagem da cidade de Roma a Brasília para comemorar sua data comum de fundação, 21 de abril.

Ao *Correio* vai nossa gratidão porque continua a contar nossa história ainda hoje, obviamente quando acredita que a notícia merece ser noticiada. É, sem dúvida, uma contribuição histórica essencial para o testemunho do esforço constante da embaixada em cimentar as relações consanguíneas que os dois países têm, no contexto do constante desenvolvimento das relações bilaterais em todos os campos, graças também à contribuição decisiva dos italo-brasileiros e dos italianos que vivem no Brasil.

É com particular satisfação que lembro, limitando-me às notícias relatadas em 2021, o Salão do Vinho italiano, com a primeira participação das vinícolas brasileiras de

Globalizações e instituições nacionais

» CARLOS A. CINQUETTI

PhD em economia, é professor de matemática e computação da Unesp

Por paradoxal que pareça, as globalizações fortaleceram os Estados nacionais. Produziram, nos países que as abraçaram, melhor governança institucional, assegurando maior compromisso entre agentes econômicos e políticos. Criaram, assim, economias nacionais mais eficientes.

Na globalização dos anos 1870 ao início do século 20, emerge o Estado do bem-estar social. Emergiu como um arranjo político no qual apoio à abertura comercial por sindicatos e partidos operários foram colados à demanda por redes de proteção no desemprego e apoio na formação educacional. Esquemas de seguro social que funcionam como incentivos ao esforço dos trabalhadores, cobrindo seus riscos na qualificação para tarefas e as mudanças no mercado.

Um esquema de maior cooperação expandiu o capital social (a confiança mútua entre agentes). Conteve, à época, a crescente vaga socialista, cujo alvo era, ao contrário, extremar os conflitos sociais. Na Rússia, que não avançou nessa direção, o resultado econômico foi outro.

A segunda globalização, dos anos 1990 a 2010, está associada, no espaço internacional, ao fácil fluxo de ideias e a resultantes cadeias globais de produção. Também à convergência no desenvolvimento. Daí a centralidade da Ásia e da China, o que envolveu, além da abertura dos mercados, mudanças nessas sociedades e economias.

Na China, o Estado já provia uma espécie de seguro social, mas o regime político dava enorme arbítrio aos incontroláveis poderes estaduais e municipais. Percebendo as condutas predatórias que disso seguiam, a liderança do PC Chinês desenhou uma descentralização econômica casada com incentivos a investimentos. A descentralização (com transferência) fiscal foi condicionada a investimento por estados e municípios, que também podiam ser sócios em empresas locais.

Criaram-se, assim, governos regionais mais sintonizados com a economia. Que competem entre si em oportunidades de investimentos para empresas e famílias, via provimento de

bens públicos locais (segurança, estradas, escolas etc.). Em suma, políticas para o bem comum, que ampliam oportunidades no mercado para todos, amarraram saída da pobreza e prosperidade.

O entreguerras, de 1914 a 1944, é um belo contraponto às globalizações. Os mercados se fecharam e a política também (fascismo e nazismo). Governos passam a controlar mercados e até atividades produtivas. Por esse meio, controlam politicamente empresários e trabalhadores. Após a crise dos anos 1930, tal modelo foi copiado na América Latina por países como Argentina e Brasil, igualmente sob ditaduras brutais.

Após a 2ª Guerra, tal modelo sucumbe na Europa, mas persiste nos países latino-americanos. Sobretudo porque as novas regras do GATT, impondo liberação recíproca dos mercados entre países membros, liberou as nações em desenvolvimento de tal compromisso. Por fins do século 20, vêm a democratização e o início da abertura econômica, com a segunda globalização. Mas poucos dos maiores países da América Latina (AL) abraçaram, plenamente, essas mudanças institucionais, logrando com isso, expansão nos investimentos e convergência com países desenvolvidos.

No Brasil, a abertura comercial estanca em 1993 e, com ela, as reformas para um ambiente institucional de melhor governança. Persistiu, ou agravou, a situação de ativos informais, que não viram capital. De unidades produtivas sem a formalidade requerida de firmas, e mercados onde a informalidade impede a concorrência amparada na lei. Sem fortalecimento das instituições econômicas, não surpreendem as acelerações condicionais a boom de commodities e a pífia média de 17% nos investimentos desde 1995.

Baixo investimento na capacidade estatal é o outro lado desta história. No provimento de bens públicos, tais como estradas, qualidade da escola pública, o que reforçou as desigualdades econômicas regionais e entre grupos sociais e étnicos. Na garantia da lei, como patente ainda no crescimento das organizações criminosas e nas habitações irregulares,

de pobres e ricos, cada vez mais distantes — a despeito do melhor Gini.

A política não foi pautada por busca de eficiência econômica. Mesmo a lei de responsabilidade fiscal teve sérios contrapesos: veio após enorme alta nos impostos e sem condicionantes de investimentos públicos. Sintomático que a única inovação política então foi expansão nos mandatos do Executivo. Igual para os ganhos tributários seguintes do boom das commodities. Não levaram a maior investimento governamental em estradas, saneamento e mobilidade urbana, mas, sim, em espetáculos esportivos e transferência de renda (políticas distributivas). Garantiram trunfos eleitorais com os mais pobres, mas o exacerbado rentismo político via estatais acabou brechado na justiça.

Por fim, a vitória de um candidato liberal que governou por um antiliberalismo político. Inundou o Executivo de militares, ameaçou os demais poderes e promoveu guerras religiosas e culturais. O estilo beligerante travou a reforma tributária e maiores avanços na abertura comercial. Mesmo a pretendida melhora no trabalho formal naufragou. Mais recentemente, anunciou reformas para reduzir o emprego formal. Reforçou, finalmente, o isolamento do país em confrontos ideológicos (antiambientalismo e anticomunismo) com os principais parceiros no Ocidente e Oriente.

Como sair deste mau equilíbrio, avançando para firmes melhoras institucionais? Um choque equivalente à globalização seria o ingresso na OCDE. Imporia regras que ampliam transparência e o compromisso das instituições políticas. Mas, numa democracia, o avanço para instituições mais comprometidas depende de maior coesão social. De cidadãos com menor resistências interétnicas (ou intersociais), e mais focados no bem comum.

Mas a confiança interperossoal do brasileiro é muito baixa; a mais baixa da AL (pelo Latino-Barometro). Outra perda do isolamento internacional. Conforme estudos, essa base cultural da maior coesão política, a confiança, é um subproduto das economias abertas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Imagens e sentimentos da guerra

Com algumas das milhares de imagens e instantâneos captadas da guerra de defesa cruenta que a Ucrânia trava contra a invasora de seu território, a Rússia, é possível fazer um exercício de reflexão, mesmo a distância, do sentimento misto de aflição, tristeza, incapacidade de parar os acontecimentos, medo, incerteza e toda uma gama de maus presságios e maus pensamentos que esses cidadãos estão experienciando ante a possibilidade real da morte que se avizinha.

Como seres humanos que ainda somos, apesar das dúvidas de que em momentos como estes que nos assaltam, sabemos, de antemão, que possuímos os mesmos mecanismos mentais, disparados por nosso cérebro diante de situações diversas. Somos, neste planeta, irmãos siameses, quando nos vemos diante de sentimentos como o medo, a raiva, a impotência diante de um fato, a aflição e o sentido de defesa de nós e de nossos entes queridos.

A aproximação da guerra e do inimigo, anunciada pelo estrondo cada vez mais forte das bombas, e crescendo a voz de morte e destruição nas vizinhanças, aciona nos nossos irmãos distantes os mesmos sentimentos que teríamos diante de um fato dessa natureza. Correr e deixar tudo para trás, apagando nossas lembranças e pertences, despídos de tudo e até da dignidade, tão cara a muitos seres humanos, arde por dentro.

Que sentimentos e pesadelos estariam experimentando neste exato momento os idosos, impossibilitados de caminhar, os doentes acamados, as crianças nos leitos dos hospitais e todos que padecem em suas casas, mesmo aqueles que perderam a capacidade de entender direito o que se passa ao redor.

Pensar que todos esses augúrios estão vindo com um inverno rigoroso, quando o céu busca mais cedo a escuridão para se esconder do frio intenso. Por imagens captadas diretamente por trás de uma cortina, instalada num desses apartamentos familiares, é possível presenciar o momento exato em que uma bomba cai na vizinhança defronte. Ouvem-se gritos e choros aflitos. As pessoas cerram as cortinas, como se isso pudesse deter a força e a aproximação dos bombardeios cegos e correm para um outro cômodo da casa para se protegerem. Não sabem para onde se dirigir.

As notícias sobre a existência de corredores humanitários que se transformaram numa verdadeira armadilha para os refugiados, todos eles expostos à artilharia inimiga, correm em toda a parte. Imagens de prédios aparentemente abandonados, em destroços, contra a paisagem árida e inóspita, mostrando um céu escuro e frio ao fundo, iluminado algumas vezes pelo estouro das bombas, dizem a todos que é preciso ficar escondido dentro de casa.

O que fazer com o avô e a avó deitados inertes em suas camas, debaixo de grossas cobertas? Abandoná-los e fugir? Para onde? A morte saiu às ruas numa noite gélida e espreita. As luzes da artilharia incessante lembram relâmpagos anunciando a chuva, mas todos sabem: anunciam a chegada da ceifadora de vidas.

E pensar que, protegidos a milhares de quilômetros desse palco de horrores, estão os políticos que apoiam, por medo do carniceiro que preside a Rússia, todo esse massacre. Estão todos eles são e salvos, traçando, em suas estratégias, melhores formas de eliminar pessoas com mais eficiência e rapidez, sem despertar a atenção da imprensa mundial que a tudo observa in loco.

O coração dispara como uma metralhadora. A síndrome de pânico adormecida, desperta e também massacra como uma batalha de vida e morte. A depressão, o inverno, as bombas, a morte dos amigos, vizinhos e parentes dão a certeza de que estamos todos perdidos na mesma batalha, mesmo a distância.

» A frase que foi pronunciada

“Na guerra, os políticos dão munição, os ricos dão comida e os pobres dão os filhos. Quando a guerra acaba, os políticos pegam as munições que sobram e entregam uns aos outros. Os ricos aumentam o preço dos alimentos, enquanto os pobres procuram covas para os filhos.”

Ditado sérvio

Mais cordel

» Concorre à cadeira do jornalista João Brígido na Academia Cearense de Letras o poeta popular Geraldo Amâncio Pereira, respeitado repentista cearense. Caso seja eleito, será a primeira vez que um cantor de viola terá assento na tradicional academia, cujas cadeiras sempre foram ocupadas por escritores e poetas eruditos. Geraldo Amâncio estudou história na Universidade Vale do Acaraú e é autor de dezenas de livros, entre eles, romances de cordel. Mais informações no *Blog do Ari Cunha*.

Dúvidas de Luzia

» Será que uma administração com sete milhões de associados é eficaz? A pergunta feita pela leitora traz outras indagações sobre os planos de saúde. Até que ponto a lei permite que a saúde humana seja tratada como negócio? É possível fiscalizar e punir os aumentos abusivos de poderosos lobistas? Até quando os consumidores precisam aceitar tudo?

» História de Brasília

Não se nega que há falta de diversão, e como as pessoas aqui residentes ainda estão ligadas a laços de parentescos em outras terras, estão sujeitas a depressões, que são, também, comuns nas grandes cidades de movimento intenso, ao contrário da nossa cidade.
(Publicada em 18/2/1962)